

EXPERIÊNCIA UNIVILLE - PROESDE - 2014

Ademir José Demetrio¹
Eliane Maria Martins²
Jani Floriano³
José Dionício Kunze⁴
José Kempner⁵

Resumo: Este trabalho trata do relato de um projeto de extensão da Univille, participante de um Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE, o qual consiste em um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados à formação do cidadão capaz de intervir nas políticas públicas, mediante a articulação entre sua formação acadêmica com o desenvolvimento socioeconômico da região, oferecendo aos estudantes bolsas de estudos, tendo como contrapartida a participação em curso dividido em módulos. Oportuniza-se aos estudantes conteúdos sobre desenvolvimento regional dentro dos limites de abrangência da Universidade. O projeto acontece há um ano e os resultados mostram o quanto é importante para os estudantes e para a comunidade. Embora os alunos estejam matriculados em diferentes cursos, os conteúdos oferecidos colaboram para a sua integração, a buscar alternativas para a solução dos problemas que afetam a comunidade. Os professores servem como indutores do processo de conhecimento teórico e prático das questões públicas. Foram elaborados pelos acadêmicos projetos para auxílio à comunidade, atualização de projetos junto à Secretaria de Desenvolvimento Regional e troca de experiência com os professores e participantes da gestão pública.

Palavras-chave: Projeto de Extensão, Desenvolvimento Regional, PROESDE Joinville.

1 INTRODUÇÃO

A concretização do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional - PROESDE oportuniza maior inserção da Univille na sua região de abrangência, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento regional através da formação de profissionais com visão sistêmica e empreendedora, capazes de planejar, gerir e avaliar projetos de desenvolvimento regional.

Conforme Rachel, 2009 p. 15 “Nesse sentido, entende-se que para gerar

¹ Economista, mestre Relações Econômicas e Sociais Internacionais - Coordenador PROESDE - ademir.jose@univille.br.

² Economista, mestre e doutoranda em Desenvolvimento Regional – Professora PROESDE - emtins@hotmail.com.

³ Economista, mestre em Economia Industrial e doutora em Educação – Psicologia da Educação - Chefe Depto Economia - Jani.floriano@univille.br.

⁴ Geógrafo, mestre em Engenharia Ambiental - Professor PROESDE - Jose.kunze323@terra.com.br.

⁵ Contador, mestre em Ciências Contábeis e Atuariais – Professor PROESDE - jose.kempner@gmail.com.

desenvolvimento não basta produzir crescimento econômico, mas é necessário integrar, articular e gerir". Assim, a promoção do desenvolvimento requer um novo posicionamento dos agentes envolvidos a fim de que possam compreender seu protagonismo nesse processo, pois segundo Brandão (2011, p. 15)

[...] os processos de inovação sociais e organizacionais, de produto e de processos e as demandas sociais devem ser analisados de forma regionalizada e sob uma perspectiva desde dentro da estrutura e dinâmica da rede urbana brasileira.

A formação de agentes de desenvolvimento constitui-se em ativo estratégico que um dado território pode mobilizar para projetar, gerenciar, monitorar e avaliar um processo de desenvolvimento sustentável, uma vez que a falta de recursos humanos qualificados implica numa profunda limitação na capacidade do poder local em promover desenvolvimento, sua tarefa prioritária.

O elemento distinto do novo enfoque de desenvolvimento, em comparação com o "tradicional", é que é centrado nos valores concretos do ser humano. Isto é, o bem-estar dos indivíduos não será um subproduto do crescimento econômico geral - cuja versão para os países subdesenvolvidos é o efeito do "transbordamento" - mas um objetivo específico, cuja realização condicionará toda a organização econômica e social (HERRERA, 2003, p. 40).

Então, entende-se que a formação de pessoas para atuação na gestão do desenvolvimento regional torna-se condição primeira. Sem esse investimento, municípios e regiões ficarão confinados a mera execução de políticas desenvolvimentistas ditadas de fora, ou a mercê da falta de inovação e de dinamismo.

O território representa um desafio quando a questão regional se manifesta, pois além da demanda de satisfação de interesses estritamente pessoais, busca um desenvolvimento cuja identidade e cujas fronteiras são mais ou menos estabelecidas. Esta busca de um desenvolvimento deve ser pensada em termos de realização de suas potencialidades que não acentuem as disparidades regionais (ALCÂNTARA, SOUZA, SAMPAIO, e GESSER, 2013, p. 3).

A importância de se formar agentes para o desenvolvimento é indispensável ao se observar que a região apresenta os problemas de ordem (i) social no diz respeito ao desemprego, qualificação de mão de obra e inclusão social, (ii) econômico por conta da desigualdade produtiva em que alguns municípios possuem uma matriz produtiva muito mais dinâmica e diversificada que outros, (iii) ambiental caracterizada por invasões de áreas de mangue e (iv) territorial no tange a infraestrutura. Isto demonstra uma carência no sentido de planejar um desenvolvimento em que esteja contemplado um alinhamento entre os municípios que fazem parte do nordeste

catarinense de forma que todos possam apresentar um desenvolvimento mais igualitário. Em Joinville, principal cidade da região e maior polo industrial do estado, em função do aumento populacional, no início dos anos de 1980, os problemas em suas áreas periféricas se agravaram substancialmente, como afirma Ternes (2002, p. 70) e esses problemas são os seguintes:

- Índice de crescimento populacional da ordem de 115%, na década anterior;
- 75% da população vivendo com renda familiar de até três salários mínimos;
- Orçamento do município em progressão decrescente;
- 70% da área da cidade não possuem coleta de lixo;
- 35% não têm abastecimento de água;
- 70% da população não têm coleta de esgoto doméstico;
- Há falta de leitos hospitalares e deficiência grave na área de segurança pública;
- Desenvolvimento descontrolado na periferia;
- Ampliação não recomendável no perímetro urbano;
- Malha viária antieconômica;
- Transporte urbano deficiente;
- Destruição indiscriminada da topografia;
- Poluição de rios e córregos;
- Desmatamento nas áreas de captação de água.

Sendo assim, é importante destacar que todo o planejamento de desenvolvimento segundo Sachs (1993, p. 37 e 38) precisa levar em conta, simultaneamente, cinco dimensões de sustentabilidade:

1. Social – [...] A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

2. Econômica, que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

3. Ecológica, que pode ser melhorada utilizando-se de:

- * Um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
 - * Limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente;
 - * Reduzir o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem;
 - * Promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta;
 - * Intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial;
 - * Definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento.
-

4. Espacial, que de ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas.

5. Cultural, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural.

Entende-se, portanto, que com esta visão e buscando agir coletivamente fica mais fácil encontrar soluções para os problemas existentes, visando conseqüentemente, diminuir os impactos sociais, econômicos, ambientais e de infraestrutura que se apresentam. Desta forma, o programa proposto vem incorporar uma visão de desenvolvimento, inclusive numa dimensão maior daquela puramente econômica. Este é um pressuposto fundamental para projetar uma sociedade fundamentada na justiça social, no bem comum, na ética e, principalmente no respeito às condições necessárias a dignidade humana.

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes (SCHUMPETER, 1985, p. 47).

Desta forma, faz-se necessária a promoção de ações mais claramente voltadas à articulação do ensino superior com o desenvolvimento regional, através do binômio teoria-prática. Nesse processo, ganham em qualidade o ensino superior e o desenvolvimento regional. A importância de se engajar no sentido de estudar e incentivar as ações para o desenvolvimento encontra-se no fato de que, a economia da região em questão, tem como base a indústria metalúrgica, metal mecânico e plástico, mobiliário, fiação e tecelagem, o comércio e o turismo. As áreas de prestação de serviços e comercial merecem destaque especial.

Poucas cidades no Brasil têm o privilégio de acolher em seus territórios um número de empresas de grande e médio porte como Joinville. A expressão econômica do município e o seu prestígio, em muito, advém desta situação, ou seja, de sediar empresas do porte das quatro grandes e, ainda, de duas dezenas de empresas de médio porte e quase duas centenas de pequeno porte (TERNES, 1986, p. 225).

Mesmo assim, para a região continue crescendo e possa se desenvolver de maneira sustentável é fundamental que se continue planejando e criando ações que possam atender as necessidades e anseios da população.

Pode-se considerar que o desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de

uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem à composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como a estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno (CHENERY, 1981, p. 9).

O Programa de Ensino Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE tem como principal objetivo a formação de agentes do desenvolvimento regional. Para tanto, num primeiro momento, visa à qualificação e motivação de estudantes para atuarem no fomento e na gestão de ações voltadas ao desenvolvimento regional. A proposta fundamenta-se na concessão de bolsas de estudos para cursos de educação superior e, ao mesmo tempo, a participação em curso de extensão para qualificação de agentes para o desenvolvimento.

Assim sendo, alunos matriculados em cursos de graduação considerados prioritários para o desenvolvimento regional serão contemplados com bolsas de estudo na graduação. A contrapartida dos alunos será a participação no Programa com formação complementar qualificando-se dentro de premissas para o desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo há obrigação à matrícula e frequência no curso, articulada com atividades de pesquisa e de extensão, favorecendo maior comprometimento e atuação efetiva de acadêmicos como agentes sociais sintonizados às necessidades de sua região e fomentadores de transformações sociais.

2 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Inicialmente, como primeira fase do projeto foram ministradas disciplinas que contribuíram com o aprendizado, a organização das atividades teóricas e práticas e deram fundamentação aos projetos elaborados pelos alunos. No quadro a seguir pode ser verificado as disciplinas ministradas com seus respectivos conteúdos e objetivos.

Quadro Nº 1: Contribuições das disciplinas ministradas

DISCIPLINAS	EMENTA	OBJETIVO
Gestão Pública	Gestão da: Educação e Inovação, Infraestrutura, Turismo, Desporto e Lazer, Saúde.	Fazer o estudante compreender que a Gestão Pública é importante para regular e minimizar os problemas sociais, administrativos e econômicos de uma região. Logo, é de extrema importância sua aplicação no Curso de Desenvolvimento Regional, pois

		como cobrar e fiscalizar as ações de nossos administradores? Conhecendo sua prática e ação.
2) Cidadania e Políticas Públicas	A cidadania e os direitos sociais. Pobreza e exclusão. As formas de mensuração da pobreza e exclusão. Programas voltados para o combate à exclusão: desafios e limites das intervenções. Consequências da concepção de exclusão sobre o desenho de políticas e programas sociais.	Levar o estudante a compreender que a cidadania tem respaldo nas políticas públicas que, que por sua vez, servem para minimizar os problemas sociais.
3) Gestão de Projetos para o Desenvolvimento Regional	Conceito de projeto e gerenciamento de projetos. Ciclo de vida do gerenciamento de projetos. Áreas do conhecimento do gerenciamento de projetos. Fatores críticos de sucesso da implementação de projetos. Métodos, técnicas e ferramentas de gerenciamento de projetos.	Fazer com que os estudantes entendam como são elaborados os projetos e seu trâmite nos diversos setores para sua conclusão. Também, as diferentes formas de escrever um projeto, conforme a necessidade de cada setor. Portanto, é legítima sua importância para a formação dos acadêmicos, pois se todos os cidadãos tivessem conhecimentos dos trâmites gerais dos projetos de obras e intervenções, nossa forma de cobrar e acompanhar seriam diferentes.
4) Planejamento e Orçamento Participativo	Orçamento público, seu conceito, origem, evolução histórica (no mundo e no Brasil), evolução conceitual, princípios orçamentários, tipos de orçamento, a legislação pertinente, o processo orçamentário e seu controle nos órgãos públicos, toda estrutura em nível federal, estadual e municipal que é abrangida pelo orçamento público. Os alunos viram toda a sistemática da nova contabilidade pública, formatada com base nas normas internacionais de contabilidade, cujas normas já estão em vigor em todo o território nacional, devendo ser adotadas pela União, Estados, Distrito Federal e todos os municípios brasileiros.	Mostrar aos alunos toda a sistemática da nova contabilidade pública, formatada com base nas normas internacionais de contabilidade, cujas normas já estão em vigor em todo o território nacional, devendo ser adotadas pela União, Estados, Distrito Federal e todos os municípios brasileiros.

5) Desenvolvimento Econômico e Social	Demandas contemporâneas, e acompanhar a trajetória desta ideia nos seus embates ideológicos, científicos, socioeconômicos e culturais. Contribuiu-se assim, para um melhor entendimento da aplicação do conhecimento adquirido nos cursos de graduação envolvidos e, da interação emanada das diferentes áreas do saber.	Discutir e analisar, explicitando descritivamente e/ou interpretativamente, a trajetória da ideia de Desenvolvimento Regional.
---------------------------------------	--	--

Fonte: PROESDE/UNIVILLE (2014)

2.1. ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TEÓRICAS E PRÁTICAS

Como princípio metodológico fez-se uso de aulas teóricas, discussão em grande grupo, aulas expositivas, estudos de casos e atividades extras. Os estudantes precisavam buscar informações sobre políticas públicas e trazer para discutir no grande grupo. Esse método foi importante, pois durante a semana os estudantes formavam grupos de bate-papo virtual para fazer atividades e aprofundar as discussões dos assuntos da semana anterior. Por várias vezes os professores recebiam e-mails com pedidos de opinião e fontes sobre determinada discussão.

O fato de ter atividades extras facilitava o desenvolvimento da disciplina, pois entre uma aula e outra havia um intervalo de uma semana, tempo mais que necessário para os alunos fazerem leituras e pesquisas sobre determinadas ações. Com isso, obteve-se uma grande contribuição para as ações de Desenvolvimento Regional, já que os estudantes conheceram na prática as ações governamentais que fazem a diferença para a sociedade.

A medida que os acadêmicos conhecem a estrutura completa dos órgãos públicos, como são geridos e têm definidos seus resultados, a prática dos acadêmicos no acompanhamento das atividades realizadas pelos governos locais, estaduais e federal, certamente trará contribuições positivas para o desenvolvimento regional.

Apresentou-se a metodologia do orçamento participativo e o case da Prefeitura de Porto Alegre, tido como modelo de participação popular nas decisões sobre investimentos públicos. Trabalhou-se fortemente sobre os instrumentos de planejamento e orçamento, passando pelo Plano Plurianual de Governo (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), destacando que cada instrumento destes deve ser aplicado pela União, nos 27 Estados, Distrito Federal e pelos mais de 5.000 municípios brasileiros.

As equipes tiveram que levantar informações como:

- Diretrizes do PPA
- Principais programas, metas e objetivos de governo
- Valores globais com envolvimento de Indicadores econômicos projetados
- Indicadores sociais
- Políticas sociais e de desenvolvimento
- Riscos fiscais
- Avaliação do cumprimento de metas
- Quadros gerais de receitas e despesas
- Participação % das principais receitas e despesas
- Valores de orçamento fiscal, seguridade social e de investimentos das empresas
- Gastos (despesas) e investimentos por órgão
- Quadro de pessoal
- Menção a orçamento participativo
- Outras informações que os grupos consideraram relevantes para enriquecer a apresentação.

No último dia de aula do módulo Desenvolvimento Econômico e Social, as equipes fizeram as apresentações em sala de aula, onde todos os membros das equipes tiveram que participar garantido por regras estabelecidas (figura Nº 1).

Figura Nº 1: Apresentação dos trabalhos dos alunos





Fonte: PROESDE/UNIVILLE (2014)

Para elaboração dos projetos (figura 1), foi utilizado como instrumento de estudo os planos de desenvolvimento da SDR Joinville, referentes aos anos de 2007 e 2012, visando contextualizar e problematizar as ações previstas em cada plano, para o desenvolvimento de Joinville e região. Assim, em parceria com a SDR Joinville, os estudantes do PROESDE formaram os grupos de estudo, desenvolveram as atividades cujos trabalhos foram apresentados na sede da SDR Joinville, no dia 04 de outubro de 2014, em que se fez presente a Sra. Lourdes Salette Cesari de Aquino, Gerente de Planejamento e Avaliação e o Sr. Joel Ghelen, Gerente de Turismo, Cultura e Esporte.

A principal contribuição foi no sentido de que os alunos tiveram a oportunidade de relacionar os conteúdos disseminados na área do desenvolvimento regional com os conteúdos abordados em sala de aula nos seus respectivos cursos. Visualizaram a aplicação desses conteúdos na prática ao revisar o Plano de Desenvolvimento Regional da SDR de Joinville.

De todo este processo de ensino e aprendizagem surgiram diversos projetos, dentre os quais destacam-se:

1) O festival de dança sacra e sua importância cultural para a cidade de Joinville

Apresenta o Festival de Dança Sacra como evento cultural que se realiza na cidade de Joinville há 15 anos. Trazendo um pouco da história da dança, destaca sua essência e como de fato surgiu a dança sacra, como ela se apresenta no passar dos séculos. A dança está relacionada ao sagrado, a necessidade do homem de expressar

seus sentimentos, a maneira de agradecer a divindade pela colheita, pela chuva. Joinville tem o maior Festival de Dança do mundo e também o maior Festival de Dança Sacra do Brasil. Um evento realizado para todos os públicos, não somente religioso, mas todos que se interessam e se apaixonam pela dança.

2) A gestão pública de Joinville

Apresenta os elementos que compõe o Plano de Desenvolvimento Regional de 2012, contemplando seu diagnóstico, com base nas informações aprendidas no curso de “Desenvolvimento Regional” e as questões foram discutidas com os próprios gestores públicos. Desta forma, foi elaborado um prognóstico descrevendo os pontos positivos e negativos do plano. Os objetivos estabelecidos foram a continuidade e o aprimoramento dos serviços públicos prestados a população, acompanhamento dos resultados do que foi investido pelo Estado na região, ampliação da infraestrutura de mobilidade regional e as condições de treinamento e capacitação dos servidores da SDR

3) Projeto meio-passe para estudantes do ensino superior em Joinville

Ao analisar o papel do transporte coletivo urbano na sociedade, destaca-se sua importância como mecanismo de inclusão social. A partir da discussão sobre transporte coletivo e pobreza, Gomide (2003) afirma que a existência de um serviço de transporte coletivo acessível, eficiente e de qualidade, possibilita o acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação, lazer) e às oportunidades de trabalho. Portanto, o transporte coletivo surge como uma necessidade coletiva. Ao entender que o objetivo do serviço público é atender as necessidades coletivas da população, faz-se necessária uma tentativa de definição de serviço público e quais suas atribuições. Segundo o Art. 205 da constituição federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho“. Assim, este projeto objetiva a redução no valor do transporte coletivo em 50% para alunos do ensino superior em Joinville.

4) Sistema de semáforos sonoros para portadores de necessidades visuais

Uma deficiência é qualquer tipo de perda ou anormalidade da estrutura em função psicológica, fisiológica ou anatômica. Com isso, o deficiente gera uma incapacidade de realizar uma atividade que é considerada normal para as demais pessoas. Porém, isso não faz com que ele deva se sentir isolado dos demais, pois existem muitas pessoas com algum tipo de deficiência que desafiam os seus limites e conseguem fazer coisas que nem eles mesmos imaginavam que conseguiriam. Todos possuem dificuldades em alguns momentos ou tarefas da vida. Para uma pessoa com algum tipo de deficiência essas dificuldades se tornam mais complexas e presentes. Tarefas que são simples, como atravessar uma rua, por exemplo, geralmente é um grande desafio para um deficiente visual. Quando não se há uma boa regulamentação no trânsito, essa atividade que seria simples acaba dificultando ainda mais a vida do deficiente, colocando a vida dele em risco e fazendo-o perder tempo. O objetivo é instalar dos semáforos sonoros, para aumentar a segurança da travessia dos deficientes visuais, nos principais semáforos de pedestre da cidade, em que há maior presença dessas pessoas.

5) A falta de segurança pública na cidade de Joinville

A segurança pública é um serviço público e deve ser universalizado de maneira igual. A Constituição Federal do Brasil, em seu art. 144 afirma que a segurança é dever do estado e direito de todos, não bastasse o art. 144 da Constituição o art. 5º em seu caput trás a segurança como condição de direito fundamental. Mesmo sendo o Estado reconhecido constitucionalmente a oferecer serviço de segurança básico, vê-se na prática, que ele não atende sequer, as mínimas necessidades de segurança, gerando em nossa sociedade aumento do crime e sentimento de insegurança. Este trabalho tem por objetivo estudar a falta de segurança pública na Cidade de Joinville, trazendo índices e possíveis soluções.

6) Criação e/ou estruturação de setores para fiscalização/combate das ocupações irregulares e implementação da política de regularização fundiária nos municípios

O direito à moradia digna foi consagrado pela Organização das Nações

Unidas – ONU e erigido à categoria de direito social fundamental na nossa Carta Constitucional pela Emenda Constitucional n. 26, de 14 de fevereiro de 2000. Na esfera infraconstitucional, o Estatuto da Cidade também estabelece que a política urbana tenha, entre suas diretrizes básicas, o direito do cidadão à terra urbana e à moradia, para as presentes e futuras gerações, no intuito de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. No entanto, a triste realidade de nossos centros urbanos demonstra que este direito não é de fácil efetivação. Um simples circular pelas cidades brasileiras demonstra o quão grave é a situação, já que grande parte da urbanização brasileira se efetivou de forma desordenada, sem nenhum planejamento ou controle estatal. Desta situação decorreram sérios problemas de ordem habitacional e urbanística, cuja gravidade provoca, em alguns casos, a ausência de dignidade humana a moradores de unidades habitacionais brasileiras. Não é por outro motivo que esses problemas urbanísticos exigem a urgente implementação de soluções. Tem como objetivo estudar a criação de uma estrutura de servidores e tecnologias que favoreçam o combate de novas ocupações irregulares e a regularização das ocupações existentes nos municípios catarinenses, inclusive no município de Joinville.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O aprendizado dos alunos foi avaliado e observado por meio da aplicação de testes com questionamentos a respeito dos conteúdos ministrados e a realização de trabalhos extraclasse em que os acadêmicos teriam que aplicar seus conhecimentos apreendidos conciliando teoria e prática.

Inicialmente buscou-se verificar a abrangência do conhecimento dos alunos em cada módulo (disciplina) a respeito dos conteúdos a serem discutidos em sala de aula, com aplicação de um teste de nivelamento, com perguntas abertas e fechadas. Feito isto, percebeu-se que os estudantes tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre a existência de políticas públicas em qualquer nível. Eles tinham o discurso repetido da massa sobre ser contra ou a favor de determinadas ações do Estado sem o entendimento se isto era ou não possível. Pensavam que os problemas de segurança se resolveriam com maior efetivo de tropas nas ruas, que a educação tinha como principal problema o despreparo dos professores e outros chavões populares. Quando descobriram que havia uma organização do Estado e da sociedade civil,

começaram a mudar o discurso e a forma de pensar. Porém, a principal mudança foi o fato de o estudante perceber a existência de uma organização e que as coisas só acontecem a partir de um planejamento, mostrando que em muitas vezes, se dá em uma década.

Com o desenvolvimento das disciplinas, os estudantes perceberam que não se trata de preguiça ou descaso dos gestores públicos. A não apresentação dos projetos se dá por questões técnicas, porque na maioria das vezes, as Prefeituras, principalmente projeto, ou nem sabe onde procurar a demanda para tal fim. Em outras situações, o modelo solicitado é tão complexo que se chega de forma inadequada e desclassificado pela apresentação, e, não pela necessidade ou conteúdo.

Porém, ao concluir as disciplinas eles entenderam que para cada demanda social existe um fundo específico e que para cada tipo de obra há um tipo exclusivo de financiamento. Pela interação dos módulos, os estudantes obtiveram conhecimento de conteúdos relacionados à questão pública, portanto, já tinham noção de como as coisas aconteciam, mesmo não tendo conhecimento dos processos físicos existentes na Administração Pública, como por exemplo, o significado de PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias), LOA (Lei do orçamento Anual) e os processos dos centros de custos existentes. Passaram a entender como ocorrem os processos de arrecadação de recursos, preparação de projetos, execução e legalização dos orçamentos até sua aprovação pelo Tribunal de contas.

As aulas de campo tinham o intuito de observar o status de algumas obras públicas na cidade e entender como funciona na prática uma medição de obra para o pagamento da empreiteira. Com isso, eles entenderam que para cada fundo existe uma forma de arrecadação e, projetos e formas de prestação de contas. Para cada demanda social existe um fundo específico e que para cada tipo de obra há um tipo exclusivo de financiamento. Isto representou para o acadêmico uma oportunidade de exercer sua cidadania, dando ideias para desenvolver o ambiente onde vive. Como profissional, pode vir a representar uma nova oportunidade na carreira, participando de concursos públicos, ou simplesmente aprender novas ferramentas para aplicar em suas funções nas empresas. É importante trabalhar com a estrutura e conteúdos estabelecidos. Fazer parte de uma mudança de pensamento sempre é muito positivo para um profissional da educação. No âmbito profissional foi possível demonstrar a responsabilidade e importância da participação de cada cidadão no processo de discussão dos planos de desenvolvimento.

Com isto, é possível dizer que a continuidade deste curso se faz importante, pois se tem entendimento de que esta iniciativa possibilita que o Governo e a Universidade cumpram com seu papel de formar líderes e uma população mais crítica e consciente, além de propiciar bolsas de estudos para mais de 70 acadêmicos nesta região. Também, existe o entendimento da necessidade de se qualificar pessoas tanto para atuar como para acompanhar o gerenciamento das questões públicas, tendo em vista que quanto mais a região cresce, maiores são os desafios no sentido de atender aos anseios e necessidades da sociedade. Com isso, tanto a Universidade, quando o Governo do Estado, cumprem seus papéis de formadores de pessoas capacitadas para a gestão, e, necessárias em um sistema social para que este possa se tornar autossustentável e que o permita crescer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado de Santa Catarina disponibilizou recursos públicos para pagamento dos custos das mensalidades da graduação aos alunos participantes do programa. Como contrapartida, a Univille recebe recursos para subsidiar o Curso de Extensão do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional. Os alunos egressos deste programa serão elementos imprescindíveis para promover articulação da teoria com a prática voltada ao desenvolvimento regional tornando os profissionais ágeis, eficientes e comprometidos com o interesse público.

O curso na sua essência propôs desenvolver propostas ou sugestão de melhorias no serviço público, sendo que os acadêmicos desenvolveram alternativas como forma de promover mudanças significativas na condição de vida dos cidadãos de Joinville. Para melhor compreensão, buscou-se contextualizar na elaboração dos trabalhos, as problemáticas envolvendo a cidade e apresentar algumas noções básicas de correção dos problemas e os instrumentos primordiais para isto.

Acredita-se que a experiência prática do professor no serviço público define seu papel não só como transmissor de conhecimento, mas como aquele que organiza ações alternativas e inovadoras para o setor público. A partir das discussões propostas, compreende-se que quando se desenvolve políticas públicas visando diminuir as desigualdades sociais, é preciso pensar de maneira ampla, buscando abarcar as necessidades de maneira geral. De nada adianta desenvolver programas de acesso ao ensino superior se não houver suporte para a permanência do aluno na

sala de aula. O método de educação por projetos exige uma maior participação dos acadêmicos fazendo com o mesmo obtenha uma assimilação de conhecimento mais fácil. Com isto a cidade de Joinville e região passarão a ter no futuro, profissionais que darão uma melhor condição qualitativa na condução da coisa pública.

Sugere-se para o futuro que os projetos consistentes, aprovados pela Secretaria de Desenvolvimento Regional e que possam trazer custo benefício à comunidade sejam desenvolvidos pelos mesmos alunos do ano anterior. Não se perderia a solução de continuidade.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce e GESSER, Júlia Helena. **Construção de Conhecimentos em Ação Territorial**: institucionalização da interdisciplinaridade em zonas de educação para o ecodesenvolvimento. Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão: Região Sul - Santa Catarina, 2013.

BRANDÃO, Antônio Carlos. A Busca da Utopia do Planejamento Regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 11-131, jan/jun. 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 jul. 2014.

CHENERY, Hollis. **Changement des structures et politiques de développement**. Paris: Économica, 1981

GOMIDE, Alexandre de Ávila. **Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas**. IPEA: texto para discussão | 960 | jul. 2003.

HERRERA, A. Novo Enfoque do Desenvolvimento e o papel da Ciência e da Tecnologia. In: DAGNINO, R.; THOMAS, H. **Ciência, Tecnologia e Sociedade**: uma reflexão latino-americana. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

RACHEL, A. R.. **O que se entende por serviço público e quais princípios estão a ele relacionados? Rede de ensino Luiz Flávio**, publicado em 08/01/2009. Disponível em <http://ww3.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20090105151327423&mode=print>. Acesso em 14 de nov. de 2014.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

TERNES, Apolinário. **História Econômica de Joinville**. 2ª ed. Joinville: Meyer, 1986.

_____. **A economia de Joinville no Século 20.** 1ª ed. Joinville: Letradágua, 2002.
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. **Guia de trabalhos Acadêmicos** –
Joinville, 2012.